

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais -RIPD

Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE)

Transparência, Autoatendimento e Cadastro Ativos

Data de Emissão: 02 de fevereiro de 2026

Contexto e Fundamentação Legal

Instituição

O Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE) atua como autarquia federal responsável pelo registro e fiscalização da profissão de Administrador no estado do Ceará.

Base Legal

O tratamento de dados pessoais é fundamentado na Lei Federal nº 4.769/65, que regulamenta a profissão de Administrador, e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para garantir a conformidade com os princípios da proteção de dados.



Autarquia Federal

Entidade pública com competências legais de registro e fiscalização profissional



Lei 4.769/65

Regulamentação federal da profissão de Administrador



LGPD

Proteção de dados conforme Lei 13.709/2018

Descrição do Tratamento de Dados Pessoais

O CRA-CE realiza o tratamento de dados pessoais para o exercício de suas competências legais de registro e fiscalização da profissão de Administrador. O processamento é considerado estritamente necessário conforme as bases legais estabelecidas na LGPD.

01	02	03
Coleta	Armazenamento	Processamento
Recolhimento de dados pessoais através de formulários, portais e canais de comunicação	Manutenção segura de informações em sistemas digitais protegidos	Uso de dados para registro profissional, fiscalização e serviços aos administradores
04	05	
Compartilhamento	Exclusão	
Transmissão de informações ao Conselho Federal (CFA) quando necessário	Descarte seguro após cumprimento dos prazos de retenção legal	



Atividades de Coleta Identificadas no Site

O site do CRA-CE possui múltiplas funcionalidades que envolvem o tratamento de dados pessoais. Cada seção do portal possui finalidades específicas e coleta diferentes tipos de informações.

1

Pré-Cadastro de Registro

Coleta de dados completos incluindo Nome, CPF, RG, endereço, formação acadêmica e informações profissionais para formalização do registro profissional de Administradores.

2

Portal de Autoatendimento

Acesso mediante identificação para emissão de certidões, pagamento de anuidades e atualização cadastral. Requer autenticação com credenciais únicas.

3

Ouvidoria e Fale Conosco

Coleta de nome, e-mail e telefone para resposta a solicitações, dúvidas e denúncias. As informações são utilizadas exclusivamente para comunicação direta.

4

Portal da Transparência

Publicação de atos administrativos que podem conter dados de servidores ou fornecedores, respeitando o princípio da publicidade e com anonimização de dados sensíveis quando necessário.

Tipos de Dados Coletados



Dados Identificativos

Nome completo, CPF, RG, Registro Profissional do CRA-CE e outras informações que permitem identificação direta da pessoa natural



Dados de Contato

E-mail, telefone celular e fixo, endereço residencial e comercial para comunicação e notificações



Dados Financeiros

Histórico de pagamentos de anuidades, taxas de serviço, multas e outras obrigações financeiras relacionadas ao registro



Dados Digitais

Endereço IP, cookies de navegação, registros de acesso, dispositivos utilizados e padrões de uso do site

Necessidade e Proporcionalidade do Tratamento

O tratamento de dados pessoais realizado pelo CRA-CE é considerado estritamente necessário e proporcional às finalidades pretendidas, conforme estabelecido nos artigos 6º e 7º da LGPD.

Base Legal: Art. 7, II - LGPD

Cumprimento de Obrigação Legal

A Lei Federal nº 4.769/65 estabelece competências específicas ao CRA-CE para registro e fiscalização da profissão, exigindo o tratamento de dados pessoais para execução destas funções

Base Legal: Art. 7, III - LGPD

Execução de Políticas Públicas

A fiscalização do exercício profissional em prol da sociedade e a garantia da qualidade dos serviços prestados por Administradores fundamentam a necessidade do processamento

- ☐ **Princípio da Minimização:** O CRA-CE deve coletar apenas os dados estritamente necessários para as finalidades específicas, evitando coleta excessiva ou irrelevante.

Avaliação de Riscos à Privacidade

Foi realizada uma análise detalhada dos potenciais riscos à privacidade decorrentes do tratamento de dados pessoais pelo CRA-CE. Cada risco identificado foi classificado quanto ao nível de severidade e impacto potencial.

Acesso Não Autorizado ao Portal de Autoatendimento

Nível: Médio | **Impacto:** Exposição de dados cadastrais e financeiros sensíveis

Medida Mitigadora: Implementação de autenticação multifator (MFA), criptografia SSL/TLS para todas as transmissões, e controle rigoroso de sessões ativas

Vazamento de Dados em Formulários de Contato

Nível: Baixo | **Impacto:** Uso indevido de e-mail e telefone para spam ou comunicações não solicitadas

Medida Mitigadora: Limitação de campos coletados apenas ao necessário, criptografia de mensagens, e exclusão periódica de solicitações resolvidas após prazo definido

Publicação Indevida na Transparência

Nível: Médio | **Impacto:** Violação da privacidade de colaboradores ou fornecedores através de dados sensíveis publicados

Medida Mitigadora: Revisão técnica obrigatória de documentos antes da publicação, anonimização de dados sensíveis, e treinamento de servidores sobre requisitos da LGPD

Coleta Excessiva em Pré-Cadastro

Nível: Baixo | **Impacto:** Retenção de dados desnecessários violando o princípio da minimização

Medida Mitigadora: Revisão constante dos campos de formulários para conformidade com finalidades específicas, documentação de necessidade de cada dado coletado

Medidas de Segurança Técnica e Organizacional

O CRA-CE implementou diversas medidas de segurança para proteger os dados pessoais tratados, alinhadas com as melhores práticas de segurança da informação e requisitos da LGPD.



Criptografia HTTPS

Protocolo SSL/TLS para garantir integridade e confidencialidade do tráfego de dados entre usuários e servidores



Encarregado (DPO)

Indicação de profissional responsável por receber comunicações, prestar esclarecimentos e atuar como canal com ANPD



Política de Privacidade

Aviso específico detalhando finalidades, tempo de retenção e direitos dos titulares de dados



Termos de Uso

Aceite obrigatório explicando finalidades do processamento para login e uso de portais

Medidas Técnicas

- Firewall e controle de acesso às bases de dados
- Criptografia de dados em trânsito e em repouso
- Controle de versão e auditoria de alterações
- Backup diário e plano de recuperação de desastres

Medidas Organizacionais

- Políticas internas de segurança da informação
- Treinamento periódico de servidores sobre LGPD
- Princípio do menor privilégio de acesso
- Documentação de processos e registros de acesso

Conclusão do RIPD

O tratamento de dados pessoais realizado pelo Conselho Regional de Administração do Ceará através de seu site institucional é legítimo, necessário e fundamentado em obrigações legais específicas de uma autarquia federal.

Conformidade Legal

As atividades de tratamento estão alinhadas com as bases legais estabelecidas nos artigos 7, II e III da LGPD, fundamentadas na Lei 4.769/65

Proporcionalidade

A coleta e processamento de dados pessoais é proporcional às finalidades de registro, fiscalização e prestação de serviços aos profissionais

Medidas de Segurança

O CRA-CE implementou medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados contra acessos não autorizados e violações de segurança

Princípios da LGPD

O tratamento observa os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, qualidade dos dados, transparência e responsabilização

- ❏ **Observação:** O presente RIPD considera o estado atual dos sistemas e processos do CRA-CE. Recomenda-se revisão periódica sempre que houver alterações significativas nas práticas de tratamento de dados ou na infraestrutura tecnológica.

Recomendações Finais para Melhoria Contínua

Para aprimorar ainda mais a conformidade com a LGPD e fortalecer a proteção de dados pessoais, apresentamos as seguintes recomendações prioritárias ao CRA-CE:



Portal de Privacidade Visível

Inserir no rodapé do site um link claro e acessível para o Portal de Privacidade, centralizando todas as informações sobre tratamento de dados, políticas, termos e exercícios de direitos



Gestor de Cookies

Implementar ferramenta que permita ao usuário gerenciar preferências de cookies não essenciais, com opção de aceitar, recusar ou personalizar categorias de rastreamento



Transparência sobre Compartilhamento

Reforçar comunicação sobre como os dados de fiscalização são compartilhados com o Conselho Federal (CFA), detalhando finalidades, base legal e medidas de proteção aplicadas



Formalização do DPO

Publicar nome, contato e atribuições do Encarregado de Dados conforme Art. 41 da LGPD, estabelecendo canal direto com titulares e ANPD



A implementação destas recomendações fortalecerá a postura de proteção de dados do CRA-CE, demonstrando compromisso com a transparência e os direitos dos titulares de dados.

